

POR UMA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA ANTIRRACISTA

Maria Gorete Martins do Nascimento¹
Ciro Linhares de Azevêdo²

RESUMO

Esta pesquisa abordara as comunidades quilombolas na resistência e luta por uma educação de qualidade antirracista. A pesquisa apresenta o objetivo geral de analisar as propostas de educação das comunidades quilombolas e dos territórios quilombolas do município de Passira-PE. Optou-se por uma metodologia qualitativa e quantitativa com procedimentos bibliográficos, documentais e pesquisa de campo. Buscam-se possíveis interlocuções com as produções de Ribeiro (2015), Leite (2015), Arruti (2016), Souza (2018), entre outros. Ao analisar os problemas que as docentes das escolas quilombolas campo de pesquisa enfrentam para atuarem com discentes diante dos obstáculos encontrados no processo de escolarização das comunidades quilombolas, observou-se o quanto as mesmas se dispõem para trabalharem conforme os níveis da turma para despertar a autoestima dos discentes. Os resultados da pesquisa mostraram que as docentes, buscam aperfeiçoamentos com formações continuadas para enriquecer suas práticas pedagógicas, porém quando participam não abrangem suas necessidades, por lecionarem em comunidades quilombolas. É imprescindível a construção do conhecimento e a aprendizagem significativa e prazerosa por parte desse público, promovendo uma Educação de qualidade, levando em conta os sujeitos e suas especificidades, para que os mesmos possam romper barreiras e vencer preconceitos, utilizando práticas pedagógicas com compromisso e responsabilidade, para transformar a vida dos discentes, onde estes, possam se tornar autores de suas próprias histórias, com autonomia e segurança. Para tanto, é de suma importância que a escola possa contar com uma equipe de profissionais para atender as necessidades apresentadas pelos discentes. A família deve ser presente e atuante no desenvolvimento dos filhos, todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem, precisam se comprometer com o fortalecimento e bem estar do sujeito.

Palavras-chave: Educação. Comunidades Quilombolas. Comunidade Escolar.

INTRODUÇÃO

Sou professora quilombola e representante da comunidade quilombola do Sítio Chã dos Negros Passira PE, percebendo a partir das observações das práticas docentes, em relação as propostas educacionais dos professores e suas atuações para com o ensino nessas comunidades citada acima.

A partir das experiências sobre a Formação Históricas Brasileiras e a Construção da Educação Escolar Quilombolas.

¹ Pós-Graduando do Curso de Educação Intercultural Indígena –quilombola Antirracista do Instituto Federal de Pernambuco – Campus Garanhuns, goretmartins91@hotmail.com ;

² Professor orientador: Mestre em História, Instituto Federal de Pernambuco - PE, ciro.azevedo@garanhuns.ifpe.edu.

A Educação Escolar Quilombola é uma modalidade da educação básica que valoriza a cultura e a diversidade das comunidades quilombolas dentro dos seus contexto de vivência. As escolas quilombolas deve ter uma pedagogia própria, respeitando as especificidade étnico culturais de cada comunidade.

Manter a existência desses povos negros é também promover a autonomia e autoestima de crianças e jovens, que ao longo dos tempos foram vítimas de discriminação e preconceito, e assim fazer um trabalho de ensinadas história e a cultura afro brasileira e africana, garantindo e aplicando a Lei 10.639/2003.

As escolas quilombolas deve ter uma pedagogia própria respeitando as especifica fazer um trabalho de ensinar e aprender, trazendo o que os documentos regulamentam ou nos impõe e em outros contextos colocar as experiências vindo e vivido dos povos.

Sendo assim, os povos quilombolas sentirá importantes e fazendo parte do contexto escolar.

Este trabalho discute as vivências e práticas nas escolas quilombolas do município de Passira – PE, com foco nas questões que envolvem a história dos povos negros no contexto escolar quilombola e antirracista, além da implementação das políticas educacionais que orientam a educação quilombola. A análise parte da aplicação da Lei 10.639/2003, que estabelece a inclusão do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas públicas e particulares, e a importância do Projeto Político-Pedagógico (PPP), fundamental para uma gestão pedagógica eficaz e para o bom desempenho institucional. O PPP define a identidade da escola e as diretrizes que norteiam seu processo educativo.

Além de nortear as ações pedagógicas, o PPP visa a melhoria contínua da qualidade do ensino, orientando o trabalho conjunto de professores, gestores, funcionários, famílias e estudantes para o alcance das metas específicas pela comunidade escolar.

Para atingir os objetivos deste estudo, foi realizada uma pesquisa de campo com observações de docentes e representantes das comunidades quilombolas do município de Passira-PE, complementada por análises bibliográficas de autores negros e documentos oficiais. A escola, no contexto quilombola, deve estar aberta a novas relações sociais, adotando práticas que resgatem a cultura e respeitando as especificidades curriculares, garantindo o direito à educação para os estudantes dessas comunidades.

Um dos principais instrumentos de preservação das tradições e cultura afro-brasileiras e de acesso às políticas públicas é o movimento social negro, que, ao longo da história, tem desempenhado um papel crucial na promoção da igualdade nas legislações e na implementação de políticas públicas inclusivas.

No entanto, os docentes das escolas quilombolas enfrentam enormes desafios para promover um processo de escolarização adequado às realidades dessas comunidades. Observou-se que, muitas vezes, o currículo aplicado não se adapta ao contexto local e que as escolas, por estarem localizadas em áreas rurais, muitas vezes carecem de infraestrutura adequada. Além disso, os docentes não recebem a formação inicial e continuada necessária para atuar de forma eficaz na Educação Escolar Quilombola Antirracista, o que exige a qualidade do ensino.

Este trabalho justifica-se pela necessidade de abordar as dificuldades enfrentadas pelos docentes na implementação de uma prática pedagógica voltada para as comunidades quilombolas de Passira - PE, especialmente diante das condições de trabalho e da falta de formações específicas para a Educação Escolar Quilombola. Para que haja avanços nessa área, é fundamental o apoio do poder legislativo, da Secretaria Municipal de Educação e da Gerência Regional de Educação (GRE) na implementação dos programas federais que visam beneficiar todos os estudantes quilombolas.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo combina abordagens qualitativas e quantitativas, com procedimentos bibliográficos, documentais e pesquisa de campo. A coleta de dados se baseia em observações e estudos fundamentados principalmente na abordagem qualitativa, que busca investigar os objetivos propostos. Uma pesquisa foi realizada nas escolas municipais da zona rural de Passira-PE, abrangendo as escolas quilombolas dessas comunidades.

Para a coleta de dados, foram selecionados profissionais que atuam nas escolas quilombolas, além de representantes quilombolas que vivem nessas comunidades. A pesquisa se fundamenta na análise da proposta curricular e da prática pedagógica dos docentes que atuam nessas escolas, explorando os desafios colocados na implementação de uma Educação Escolar Quilombola Antirracista. O estudo também buscou abrir espaços para a cooperação e o diálogo, mudando à ressignificação das práticas educacionais em consonância com a realidade popular das comunidades.

A fim de alinhar as práticas escolares à realidade dos estudantes quilombolas, observou-se a organização dos docentes no contexto das comunidades pesquisadas, com foco em como eles lidam com os desafios específicos dessas realidades.

O objeto de estudo teve como objetivo geral analisar as propostas educacionais para as comunidades quilombolas do município de Passira-PE. Especificamente, a pesquisa buscou:

1. Verificar como os docentes atuam em relação ao contexto das comunidades quilombolas;
2. Observar se as escolas pesquisadas dispõem de uma estrutura física adequada para atender os estudantes quilombolas;
3. identificar como os docentes são habilitados para trabalhar com a Educação Escolar Quilombola.

Esses aspectos foram analisados à luz da Lei 10.639/2003, que garante o ensino da história e cultura afro-brasileira nas disciplinas já presentes nas séries curriculares do ensino fundamental e médio.

REFERENCIAL TEÓRICO

Inicialmente, foi evidenciada a história e a trajetória dos negros, desde a África até o Brasil, e as políticas educacionais nas comunidades quilombolas do município de Passira-PE. Observe-se as comunidades quilombolas e as práticas educativas em relação à educação escolar quilombola deste município, bem como sua relação com o processo de construção das ações pedagógicas nas escolas.

Há tempos, o Brasil passou por grandes desenvolvimentos graças a povos oriundos de diversos países, o que resultou na miscigenação de vários grupos, como os nativos, brancos e negros, originando uma nação diversa em toneladas, culturas e identidades. “Sobretudo, formando povos sonhadores e alegres de determinados países” (RIBEIRO, 2015, p. 412). Muitos desses povos foram trazidos de forma forçada e obrigados a deixar o continente africano, não como convidados, mas como escravos, muito antes de sua chegada ao Brasil.

Capturados, maltratados e transportados de maneira desumana, esses africanos foram forçados a trabalhar como escravos, além de serem obrigados a esquecer sua própria cultura. No Brasil, suas tradições se fundiram com as de outros povos, e, além

de tudo, tentaram-se apagar sua história e suas contribuições para o futuro, sem qualquer compreensão sobre o impacto que isso teria para seus descendentes.

No entanto, mesmo diante dessas adversidades, o povo negro trouxe ao Brasil sua culinária, sua religiosidade e, principalmente, sua cultura. Essas contribuições foram fundamentais na formação do povo afro-brasileiro, sendo a cultura um recurso que ajudou a aliviar as dores da opressão. Através dela, muitos foram capazes de resistir, enganar aos dispositivos sociais do racismo, libertar alguns companheiros e, assim, manter suas raízes vivas no meio da luta. Isso transformou esses elementos culturais em seleções nacionais, mesclados com os ritmos de outros povos.

A importância das contribuições dos negros para a formação do Brasil é inegável, embora esse reconhecimento tenha sido historicamente conquistado apenas através de muita luta e resistência. Sobreviver a todas as chicotadas e opressões é um feito notável, e é fundamental ter uma visão abrangente sobre os protagonistas dessa história.

Na Constituição Federal de 1988, o reconhecimento da importância desse povo deveria ter ocorrido muito antes. Mesmo sendo a lei maior do país, o Brasil foi um dos últimos a abolir a escravidão, negando por muito tempo os direitos étnicos, culturais e sociais aos negros.

O conjunto de saberes dentro de uma cultura reflete comportamentos que os distinguem dos outros, principalmente no modo de pensar, sentir e agir. Além disso, a convivência social reflete a transmissão de ideias e valores humanos. Segundo Souza (2018, p. 87), “a cultura é algo que nos permite fazer parte de um grupo e nos dificulta sermos membros integrantes de um grupo que não é o nosso, a não ser que passemos por transformações radicais”.

Nesse mesmo sentido, a Constituição Federal de 1988 afirma: "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais."

Apesar de terem sido submetidos a outras culturas, e mesmo conhecendo suas artes e locais de origem, os negros africanos tiveram sua identidade cruelmente desvalorizada, sendo forçados a substituí-la por identidades que não os representavam. Contudo, sua resistência foi imensa, e, através de diversas estratégias, conseguiu manter suas raízes vivas.

Segundo Araújo (2017, p. 5), "a mestiçagem é a prova da história de pura sedução suscitada pela diferença que ameaça, mas acaba sendo incorporada como um

convívio tenso em todos os momentos da vida. Tudo isso faz parte de uma história que, por vezes, pode ser esquecido." Assim, é impossível apagar todo o sofrimento dos negros africanos, mas é possível amenizá-lo por meio do reconhecimento da verdade sobre os seus valores culturais, que permanecem vivos no país — um país que, por outro lado, deixou uma marca amarga na sua trajetória .

Cada indivíduo pode escrever, falar e atuar com base em seus saberes ao longo da vida, expressando-se de acordo com suas percepções e experiências, sendo, por vezes, o autor de uma verdade pessoal. As vivências e interações com o mundo são as maiores evidências da realidade.

Segundo Ribeiro (2015, p. 173), “os negros estão na luta para fugir da inferioridade que lhes foi imposta, e que é mantida através de toda uma espécie de opressões, dificultando sua integração na condição de trabalhadores comuns, ou de cidadãos com os mesmos direitos”. Dessa forma, narrar e resgatar a história do povo negro, como se estivesse revivendo o passado no presente, é um ato de conscientização que permite interpretar e reescrever a história dos afro-brasileiros, reconhecendo o que lhes foi negado ao longo dos séculos.

Definir os quilombos é algo peculiar para aqueles que vivem nessas comunidades. São espaços de paz, harmonia e organização, com uma relevância especial desde sua formação. É importante destacar que alguns quilombos foram destruídos, mas nunca vencidos, pois a esperança dos negros fugitivos persistiu, mesmo diante da destruição.

A partir de 1740, qualquer habitação com mais de cinco pessoas era considerada um quilombo. Ribeiro (2015, p. 173) afirma que “havia quilombos que formavam verdadeiras cidades, onde um ponto comum era essencial: a defesa militar, importante para se proteger contra os ataques dos portugueses”.

Após quase três séculos, essa definição ainda se aplica às comunidades quilombolas, que mantêm sua própria organização. Entre esses, o Quilombo dos Palmares é o mais icônico, com seus líderes se destacando na história dos negros no Brasil. Na formação dos quilombos, os habitantes não gozavam de plena liberdade de entrega. Os negros construíram suas próprias armas e estratégias de sobrevivência, geralmente estabelecendo-se perto de rios para pescar e nas matas para caçar, utilizando sua criatividade para atender às necessidades cotidianas.

Com o fortalecimento de muitos quilombos, os fazendeiros traçaram estratégias para destruí-los, sendo Palmares o alvo principal. Souza (2018, p. 86) relata: “os relatos

sobre a vida boa e livre nos Palmares eram murmurados nas senzalas, cochichados durante o trabalho no canavial”. Assim, aumentaram as ameaças dos senhores de engenho para capturar os escravos fugidos, com recompensas cada vez maiores oferecidas por suas capturas. Munanga (2015, p. 62) ressalta:

“É importante lembrar que a controvérsia em torno da morte de Zumbi sugere que ele não foi capturado pelos, mas sim que se suicidou, tirando-se de um penhasco próximo ao quilombo. Há muito a ser treinado sobre os negros em seus habitats, mas enquanto isso, as histórias serão contadas da melhor forma possível. Assim como Zumbi resistiu, outros líderes se formaram após a destruição de Palmares, e outros quilombos surgiram, mantendo a mesma ideia de resistência e organização para apoiar seus irmãos afro-brasileiros.”

Dessa maneira, os quilombos brasileiros estão espalhados por todos os estados, com suas particularidades. A Escola Quilombola, representa um marco histórico nas lutas do Movimento Negro e da Educação Escolar Quilombola.

Contudo, muito ainda precisa ser feito. A estrutura da educação quilombola no município treinada e

Pensar em práticas pedagógicas para uma escola quilombola envolve a valorização do passado e a recriação do presente, como caminhos que fortalecem a construção identitária. O currículo da educação escolar quilombola deve articular conhecimentos e práticas sociais e culturais, considerando as diferentes formas de concepção do saber e da visão de mundo, em diálogo com a vida social.

EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

A educação do campo no Brasil, assim como a educação quilombola, é marcada pela luta por reconhecimento e pelo direito à educação de qualidade em contextos rurais. Durante muito tempo, o campo foi visto como um local de atraso, destinado apenas à produção agrícola. No entanto, essa visão vem sendo desconstruída por movimentos sociais que defendem o campo como um espaço de resistência, cultura e saberes tradicionais.

Miranda (2016, p. 374) ressalta que “a educação quilombola é parte de um movimento maior de desestabilização dos estigmas históricos que colocaram a população negra em uma posição subalterna na sociedade”. Nesse contexto, a educação do campo deve ser vista como uma forma de resistência e valorização das culturas e

saberes tradicionais, que são fundamentais para a identidade das comunidades que vivem nessas áreas.

Freire (2015, p. 41) também destacou a importância da conscientização dos oprimidos em sua luta contra o opressor, afirmando que "somente através da educação é possível promover uma mudança real nas relações de poder". A educação do campo, portanto, desempenha um papel fundamental na luta pela justiça social e pelo desenvolvimento sustentável dessas comunidades.

A trajetória da educação do campo no Brasil está profundamente ligada à luta dos movimentos sociais por uma educação contextualizada e inclusiva, que respeite as especificidades culturais e territoriais das populações rurais e quilombolas. Apesar dos avanços conquistados, ainda há muito a ser feito para garantir que esses países tenham acesso a uma educação de qualidade, que contribui para o desenvolvimento integral de suas comunidades.

PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

O desenvolvimento da Educação Básica nas suas etapas e modalidades de acordo com a educação escolar quilombola, compreende a educação como Ensino Fundamental, Médio, Educação Especial e a Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

Destacando a educação escolar quilombola, sendo importante mencionar que essas Diretrizes Curriculares Nacionais, não se dão apenas nas comunidades quilombolas.

De acordo com as Diretrizes (CNE/CEB N° 8. 2012 p. 42):

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscrita em suas terras e culturas, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural.

Na construção histórica as pessoas que fazem parte desses territórios devem envolver-se com outros grupos para falar de suas relações sociais, religiosas, econômicas dentre outras questões que não são entendidas por quem vem fazer ou

mesmo construir o currículo escolar como cita o DCNEEQ no art.43, em relação à construção de identidades:

Brasil (2012, p. 98):

O currículo da educação escolar Quilombola diz respeito aos modos de organização dos tempos e espaços escolares de suas atividades pedagógicas, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares, construindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades.

É preciso considerar que além das Diretrizes para as escolas quilombolas, será possível um olhar debruçado sobre uma educação Antirracista, nesse local sendo ele comunidades quilombolas ou em outros territórios, que recebem os estudantes dessas comunidades quilombolas.

Brasil (2012, p. 97):

- I- Os conhecimentos tradicionais, a oralidade, a ancestralidade, a estética, as formas de trabalho, as tecnologias e a história de cada comunidade quilombola;
- II- As formas por meio das quais as comunidades quilombolas vivenciam os seus processos educativos cotidianos em articulação com os conhecimentos escolares e demais conhecimentos produzidos pela sociedade mais ampla.

O espaço de pertencimento dos discentes fará um diferencial na sua autoestima considerando que há vários séculos há silenciamento e difamação na história do seu povo. E a partir de então, se houver de fato e de direito, como está em forma de lei os negros quilombolas terão suas histórias considerando seu lugar de fala e a construção de um projeto de sociedade antirracista.

Seguindo os princípios da educação escolar quilombola, respeitando todos para que haja uma Educação Escolar quilombola de qualidade e comprometida pela luta pela terra e por educação diferenciada com currículo intercultural nas escolas quilombolas e/ou nos espaços os quais recebem os quilombolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das considerações, foram observadas que há uma necessidade de uma formação específica, com as práticas educativas em conjuntos com o movimento social e a comunidade a qual os docentes estão inseridos, na qual os documentos oficiais com as diretrizes para a educação escolar quilombola devem ser estudados e apropriados pelos docentes na construção de suas práticas pedagógicas. O conhecimento de uma legislação resultada da luta ancestral do movimento quilombola pode garantir uma organização escolar e uma prática pedagógica que tenha como princípio de ação a identidade política e as necessidades específicas dos territórios quilombolas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. **Infância, educação infantil e relações étnico-raciais**. 2015. 359f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte MG, 2017, p. 5 - 91.

ARAÚJO, E. B.; MATOS, T. C. F. **Lideranças Quilombolas da Paraíba: Sujeitos em ação no desafio de concretizar Políticas Públicas**. 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, João Pessoa/PB, 2016, p. 45.

BRASIL, **Lei Nº 12.519, de 10 de novembro de 2011**. Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Brasília: 2011. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil03/ato20112014/2011/lei/L12519.htm. Acesso em: 20/10/2020.

BRASIL, Ministério da Educação. Pro campo Apresentação. Disponível em portal.mec.gov.br/tv-mec/apresentação. Acesso em 11/10/2020.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. BRASIL, Cadernos 2, Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas. Brasília: MEC/SECAD, 2007.

BRASIL, **Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de **Educação do campo** e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em 8/10/2020.

BRASIL, **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo** – Resolução CNE/CEB nº1 de 03 de abril de 2002. Disponível em portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800rceb00102pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em 8/10/2020.

BRASIL, Ministério da Educação. PROJOVEM Campo- Saberes da Terra. Disponível em. Acesso em 11/10/2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, p. 16 - 41.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, p. 16 - 41.

Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, DF, 2004.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. Segunda edição. São Paulo, Companhia das Letras, 2015, Pág. 173 – 410 – 411 - 412. Fonte: citacoes.in/autores/darcy-ribeiro/?o=new; acesso em: 20/10/2020.

SOUZA, S. P. **Educação escolar quilombola: as pedagogias quilombolas na construção curricular**. 2015, p. 42 – 75 – 84 – 86 – 91 - 98. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2015.